MOÇÃO N° 03/15

A Câmara Municipal de Salvador faz inserir na Ata de seus trabalhos uma Moção de Repúdio em virtude das novas regras do Financiamento Estudantil (FIES), as quais serão implementadas pelo Ministério da Educação e implicam em elevado corte de investimentos em tão relevante programa do Governo Federal.

Como consequência imediata haverá uma drástica e elevada redução do número de beneficiários do FIES, gerando um forte e negativo impacto à curto prazo, e, desastroso, se considerado à longo prazo.

Vale pontuar que a Constituição da República, em diversos dispositivos demonstra a relevância destinada a educação, especialmente no seu Art. 22, V, quando atribui à União a competência para proporcionar meios ao seu acesso.

Nesta linha, vale relembrar que o Governo Federal sempre se promoveu à imagem de que a democratização do acesso à cultura e ao conhecimento seria uma das mais importantes bandeiras a serem defendidas por ele, representando uma verdadeira contradição as recentes medidas adotadas.

Os índices oficiais apontam que de 2010 até 2014, o número de estudantes beneficiários do programa subiu de 76,2 mil para 731,3 mil, sendo certo que atualmente a verba do Fies pode representar de 30 a 70% do orçamento de uma instituição de ensino.

Além disso, é de conhecimento público que o programa serviu e serve para garantir a melhoria de vida de milhares de brasileiros, permitindo a realização de uma efetiva justiça social através da educação e do ensino, e, as cicatrizes resultantes da manutenção dos cortes anunciados serão amiúde expressivas e danosas à toda sociedade brasileira.

O Art. 214 do Regimento Interno desta Casa Legislativa prevê a admissibilidade da Moção para tratar de assuntos de repercussão nacional, sendo certo que o edil infrafirmado acredita que toda a sociedade brasileira está pesarosa com tal equivocada medida da presidenta da República e do Ministério da Educação.

É inegável a relevância do FIES, principalmente no atual momento histórico, em que o Brasil atravessa um elevado crescimento cultural, com cada vez mais pessoas tendo acesso à educação e à cultura, sendo certo que a manutenção de tais medidas representa um verdadeiro retrocesso.

Portanto, apresenta esta Moção de Repúdio aos cortes em investimentos e mudanças estruturais anunciadas pelo Ministério da Educação que implicarão em redução considerável dos beneficiários do FIES, deixando, assim, a parcela mais carente da população brasileira desamparada quanto a medidas de acesso e democratização do ensino.

Sala de Sessões, 03 de março de 2015.

CLAUDIO TINOCO